



Entre Rios de Minas, em 18 de fevereiro de 2025.

**OFÍCIO Nº 53/2025**

**Sr. Presidente,  
Srs. Vereadores,**

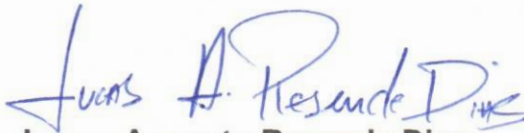
Pelo presente, venho apresentar à V. Exas. o Projeto de Lei nº 07, de 04 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a aplicação de sanções a infratores reincidentes relacionados à proliferação de focos de dengue e à negativa de acesso dos agentes de combate à dengue nos imóveis do município de Entre Rios de Minas.

A presente proposta tem como objetivo estabelecer medidas mais eficazes para o combate à proliferação da dengue, uma doença que continua representando um grave risco à saúde pública. A reincidência de focos de mosquitos e a resistência de alguns moradores em permitir o acesso dos agentes de saúde comprometem a eficácia das ações preventivas.

Diante disso, solicito o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste projeto, que visa não apenas punir os infratores reincidentes, mas também conscientizar a população sobre a importância da colaboração com os agentes de combate à dengue.

Certo do apoio de V. Exas. para com a matéria apresentada, ressalto a importância dessa medida para a saúde pública de nosso município.

Atenciosamente,

  
**Lucas Augusto Resende Dias**  
Vereador



## PROJETO DE LEI Nº 07, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025

***“Dispõe sobre a aplicação de sanções a infratores reincidentes relacionados à proliferação de focos de dengue e à negativa de acesso dos Agentes de Combate à Dengue nos imóveis no Município de Entre Rios de Minas e dá outras providências.”***

A Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica instituído, no Município de Entre Rios de Minas, o Programa Municipal de Combate e Prevenção à Dengue, a ser coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

**Art. 2º** - A Secretaria Municipal da Saúde promoverá campanhas de conscientização sobre a importância de prevenir a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e de permitir o acesso dos Agentes de Combate à Dengue aos imóveis.

**Art. 3º** - Aos proprietários, inquilinos, moradores, diretores de estabelecimentos comerciais, industriais e instituições públicas ou privadas competem:

I – Manter e conservar limpos os imóveis, vedando adequadamente caixas d'água, recipientes e outros objetos que possam acumular água parada.

II – Garantir o acesso dos Agentes de Combate à Dengue a seus imóveis quando solicitado pela fiscalização.

**Art. 4º** - O Visitador Sanitário ou Agente de Combate à Dengue poderá realizar inspeções nas residências, estabelecimentos comerciais e industriais, para verificar a presença de focos do mosquito *Aedes aegypti*.

**§ 1º** - Caso seja encontrado foco de larvas ou mosquitos, na primeira ocorrência, o responsável pelo imóvel será orientado sobre as medidas de prevenção e limpeza necessárias, sem aplicação de notificação. O responsável terá 10 (dez) dias para regularizar a situação, sendo que, se não houver a regularização, será emitida uma notificação de advertência.

**§ 2º** - Em caso de recusa ao acesso dos Agentes de Combate à Dengue, será registrada a ocorrência e o responsável estará sujeito à multa e outras sanções.

**Art. 5º** - A fiscalização das condições de combate à dengue, incluindo a verificação da recusa ao acesso dos Agentes, será realizada pela Secretaria Municipal da Saúde ou outros órgãos competentes.

**Art. 6º** - Fica estabelecida a seguinte classificação das infrações:

I – **Leve**: 1 (um) a 2 (dois) focos de mosquito ou recusa ao acesso do Agente;

II – **Média**: 3 (três) a 4 (quatro) focos;

III – **Grave**: 5 (cinco) a 6 (seis) focos ou recusa ao acesso por mais de uma vez.

IV – **Gravíssima**: 7 (sete) ou mais focos ou recusa ao acesso persistente.





**Parágrafo Único:** A recusa ou proibição de acesso e fiscalização por parte do Agente de Endemias será considerada uma infração grave e, em caso de reincidência, será classificada como infração gravíssima.

**Art. 7º** - As penalidades para as infrações classificadas serão as seguintes:

I – **Infração leve:** multa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais);

II – **Infração média:** multa no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

III – **Infração grave:** multa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais);

IV – **Infração gravíssima:** multa no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

§ 1º - Em caso de reincidência no mesmo ano, a multa será aplicada em dobro.

§ 2º - A reincidência será considerada quando a infração ocorrer dentro do prazo de 12 (doze) meses após a aplicação da penalidade anterior.

**Art. 8º** - As multas serão aplicadas pela Secretaria Municipal da Saúde, com base nas informações coletadas pelos Agentes de Combate à Dengue.

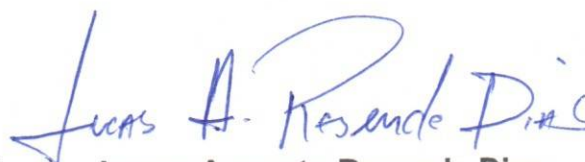
**Art. 9º** - A arrecadação das multas será destinada ao Fundo Municipal de Saúde, exclusivamente para o financiamento de ações de combate à dengue e outras doenças relacionadas.

**Art. 10º** - O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, conforme a necessidade do Município.

**Art. 11º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

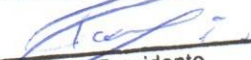
**Art. 12º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Entre Rios de Minas - MG, 04 de fevereiro de 2025.

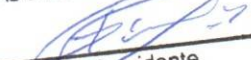


**Lucas Augusto Resende Dias**  
Vereador

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

  
Presidente  
18 / 02 / 2025

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

  
Presidente  
11 / 03 / 2025